

GASTOS MUNICIPAIS COM EDUCAÇÃO INFANTIL: ANTES, DURANTE E DEPOIS DA PANDEMIA DE COVID-19¹

Gustavo Dellagiustina², Valkyrie Vieira Fabre³

¹ Vinculado ao projeto “Comportamento de Custos Públicos”

² Acadêmico do Curso de Fisioterapia – CEAVI – Bolsista PIVIC

³ Orientadora, Departamento de Ciências Contábeis – CEAVI – valkyrie.fabre@udesc.br

A prioridade legal dos Municípios é promover o ensino infantil e fundamental. O objetivo geral da pesquisa é analisar os gastos municipais com educação infantil. O foco é a comparação dos gastos antes, durante e depois da pandemia de COVID-19 (2018-2022). Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa do problema, que trabalha os objetivos de maneira descritiva e que utiliza como principal fonte de coleta de dados o levantamento documental realizado nos sites oficiais do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Ministério da Educação e Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí. O período analisado compreende 2018 a 2022 (antes, durante e depois da pandemia de COVID-19). A amostra compreende os municípios do Alto Vale do Itajaí com mais de 10.000 habitantes. Além dos gastos públicos com educação do período, são utilizadas outras variáveis para comparação, como a quantidade de estudantes matriculados, o número de habitantes, a contribuição per capita dos cidadãos e o custo médio por aluno. A análise compreende o panorama geral de gastos com educação do município e foca na análise dos gastos específicos com educação infantil.

No Brasil a educação é direito de todos e cabe aos Entes Públicos assegurar a universalidade, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. No sistema de ensino nacional, a educação infantil é prioridade legal dos Municípios e compreende o ensino em creches e pré-escolas para crianças de até 5 anos de idade. Por conta da pandemia de COVID-19 os governos locais tiveram que se adequar rapidamente frente à situação calamitosa decreta no país. Crianças na mais tenra idade ficaram desassistidas de aulas presenciais por um longo período, mas o poder público, na tentativa de manter o mínimo de direitos e auxiliar as famílias, adequou os serviços públicos e manteve o ensino infantil remoto. Isso ocasionou vários desafios, aos governos e às famílias, alterando o direcionamento dos gastos públicos. Esta pesquisa é relevante por demonstrar as alterações nos gastos com educação infantil, comparando dados antes, durante e após o período pandêmico. A análise se justifica pelo controle cidadão e contribui para melhor gestão pública, com informações importantes para planejar seus orçamentos e adequar as políticas públicas voltadas à educação infantil em seus municípios.

A intenção é realizar um artigo inicial e posteriormente agrupar os dados coletados nesta pesquisa com outras do grupo, para uma análise conjunta e mais robusta sobre o comportamento dos custos públicos. A coleta e análise dos gastos com educação infantil está suspensa por conta da desistência do bolsista voluntário (ingressou em 21/06/2023 e saiu em 30/06/2023).

Palavras-chave: Educação infantil, Municípios, Gastos públicos.